

## O NEO-POPULISMO COMO ALTERNATIVA À DEMOCRACIA?

Valdenésio Aduci Mendes<sup>1</sup>

Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes<sup>2</sup>

**Resumo:** A participação de Hugo Chávez no cenário político venezuelano contemporâneo ocorre em um primeiro momento em 1992, quando promoveu um golpe de estado militar frustrado. Depois de preso voltou à cena política por vias legais como presidente da República da Venezuela em 1998. A partir daí o mandatário enveredará seus esforços no sentido de refundar a República venezuelana, contrapondo-a ao passado oriundo da IV República da Venezuela. Para a configuração de tal projeto fará uso da imagem de Simón Bolívar e do passado pós-independência, articulando extratos temporais distintos que estarão presentes na V República ou na República Bolivariana. Ancorado em atitudes típicas do populismo clássico latino-americano, Hugo Chávez procura, a partir de então, uma relação direta com a parcela da população que esteve excluída de processos políticos, econômicos e sociais durante décadas. Com base neste ideário, abre-se o caminho para o maniqueísmo político, cuja práxis estabelece o antagonismo entre patriotas ou apátridas, povo ou oligarquia, socialista ou capitalista, tal como sinalizavam as palavras de ordem de seu governo: Pátria, Socialismo ou Morte! Com Chávez tudo, sem Chávez nada! Em pleno século XXI, a Venezuela está envolta em uma crise profunda, a qual tem a ver com os diversos problemas que se arrastam desde o final da década de 1970, e que o governo de Hugo Chávez se mostrou incapaz de resolvê-los. A economia venezuelana está fortemente atrelada à economia mundial, e Nicolás Maduro parece não reunir as características políticas para tirar a Venezuela da profunda crise em que se encontra no momento. Uma questão de fundo norteará a proposta deste trabalho: qual a possível saída para a superação da crise política na Venezuela, já que o neopopulismo e o mandonismo não parecem ser alternativas aos problemas que o país enfrenta?

**Palavras-chave:** Venezuela. Populismo. Neopopulismo. Democracia.

---

<sup>1</sup> Valdenésio Aduci Mendes. Doutor em Sociologia Política e Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente no Centro Universitário Municipal de São José – USJ, E-mail: [valdenesio@gmail.com](mailto:valdenesio@gmail.com).

<sup>2</sup> Raony Valdenésio Aduci Odremán Mendes. Mestrando em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais – AYA/FAED/UDESC, E-mail: [raonymendesodreman@gmail.com](mailto:raonymendesodreman@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A cultura política latino-americana apresenta, de maneira geral, características que são comuns a toda a região. Portanto, fenômenos políticos como o tenentismo, o clientelismo, o patrimonialismo, o mandonismo, o autoritarismo, o messianismo e o populismo, fizeram ou fazem parte do contexto sócio histórico e político de ditos países, sendo que a Venezuela, por exemplo, não é exceção neste cenário.

O que nos interessa nesta proposta de trabalho é analisar a condição política da Venezuela no tempo presente nos governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, tendo em vista a compreensão da crise profunda na qual está mergulhado o país que outrora foi exemplo em toda América Latina de estabilidade política e econômica. A compreensão da crise venezuelana parece passar necessariamente pela compreensão (não só) de um aspecto importante da cultura política latino-americana, presente no país vizinho, a saber, o populismo.

No sentido de alcançarmos o objetivo proposto faremos uma breve discussão teórica sobre o fenômeno populista na América Latina a partir de alguns referenciais teóricos clássicos sobre o tema, procurando também entender aspectos do neopopulismo. Num segundo momento, e com base na discussão teórica, passaremos à análise dos governos Hugo Chávez e Nicolás Maduro para sabermos se há elementos suficientes ou não para afirmar se estes governantes são ou não populistas e neopopulistas.

## HUGO CHÁVEZ E O POPULISMO CLÁSSICO

Em 1999, Hugo Chávez, já eleito e na condição de presidente da República da Venezuela, faz um pronunciamento público endereçado a toda a população nos seguintes termos: “[...] Aqui estamos em tempos do Apocalipse, diz a bíblia. A luta entre o bem e o mal. Não existe meio termo. Ou estamos com Deus ou estamos com o Diabo. Nós estamos com Deus porque a voz do povo é a voz de Deus”. Este é um pronunciamento importante porque revela desde já o maniqueísmo no campo político que é típico do populismo clássico latino-americano, o qual procurou estabelecer fronteiras rígidas entre, por um lado, o “povo” como caudatário do “bem”, e por outro, o “não povo” como detentor de todas as “más” qualidades.

Discursos maniqueístas como este pronunciado por Hugo Chávez passaram a ser cada vez mais frequentes no contexto latino-americano das últimas décadas do século XX,

aguçando o debate sobre a democracia e o populismo na América Latina, endossados por um viés nacionalista não menos forte neste cenário. O que parece ser novo neste cenário é que o populismo contemporâneo acrescentaria novas características ao populismo clássico, mantendo muitas das características deste.

Segundo Carlos De la Torre, o populismo é um estilo político que se reveste de um discurso maniqueísta que apresenta a luta do povo contra a oligarquia como uma luta moral e ética entre o bem e o mal, a redenção e a ruína. Segundo a análise do autor:

O líder é socialmente construído como o símbolo da redenção, enquanto que seus inimigos são criados como a encarnação de todos os problemas da nação. O líder diz ser um homem comum do povo que devido aos seus esforços sobre humanos se converteu em uma pessoa extraordinária. Ao invés de desenvolver uma ideologia pede a seus seguidores que confiem em sua honestidade e na sua dedicação aos interesses da pátria e do povo (DE LA TORRE, 2007: 55).

Segundo Rosanvallon, a celebração populista da nação evoca uma tentativa de rememoração essencialista e trata de “ressuscitar, sob a aparência do Uno, um sentimento de identidade de desfalecimento”. Nestas circunstâncias, a constituição da identidade pátria promovida pelo populismo é “dependente de uma contínua denúncia daquilo que a estaria ameaçando. A visão populista pretende que o povo possua imediatamente uma consistência plena, que é perfeitamente transparente para si mesmo em sua essência” (ROSANVALLON, 2004: 197).

Nesse sentido, o apelo à categoria “povo” enquanto elemento de legitimidade e hegemonia do poder é por si mesmo um apelo ambíguo. Por um lado, segundo De La Torre, os políticos têm que “personificá-lo, constitui-lo, mimá-lo e entendê-lo, em função do que orquestram manifestações e comícios para demonstrar e colocar em cena a vontade popular, e em função do que, também distribuem recursos ao povo”. Mas, por outro lado, “a vontade popular só é pensada como um dado moral ético homogêneo que não admite divergências, contradições ou variações” (DE LA TORRE, 2006: 67).

Seguindo ainda as trilhas da reflexão do autor, a categoria “povo”, suporte ideológico por excelência do projeto populista, não existe como um dado objetivo que está aí presente, “senão que é uma construção discursiva” (DE LA TORRE, 2006: 76, tradução nossa), via de regra construída por líderes messiânicos que afirmam serem os representantes diretos do “povo”, na tentativa de incorporar um grande número de pessoas que estavam à margem de

qualquer mecanismo de participação política, até então, vigentes na América Latina a partir da década de 1930.

Ernesto Laclau, por sua vez, procura explicar o fenômeno populista, associando-o à acumulação de demandas insatisfeitas e um aparato institucional cada vez menos capaz de atender a tais demandas, o que criaria uma situação de descontentamento generalizado, “uma equivalência difusa entre todas as reclamações frustradas e, finalmente, a emergência de um líder que por fora e contra o aparato institucional convoca as massas à ação política” (LACLAU, 2006a: 116). Justamente, o que constitui o populismo é a presença de uma “*plebe* que reclame ser o único *populus* legítimo, quer dizer, uma parcela que queira funcionar como a totalidade da comunidade” (LACLAU, 2005: 108, grifo do autor).

Desde a perspectiva atual, construir o povo como ator coletivo, significa, segundo Laclau,

Apelar aos 'de baixo', em uma oposição frontal com o regime existente. Isto significa que, de uma forma ou de outra, os canais institucionais existentes para a veiculação das demandas sociais perderam sua eficácia e legitimidade, e que a nova configuração hegemônica – o novo 'bloco histórico', para usar a expressão gramsciana- suporá um câmbio de regime e uma reestruturação do espaço público (LACLAU, 2006b: 56-57).

Muitas vezes, os atores sociais não são suficientemente representados no cenário das democracias representativas do continente latino-americano, além do que, ocorre um acúmulo de demandas não atendidas a estes setores da sociedade, levando-os conceberem a política em termos de ruptura, de tal modo que “o surgimento mesmo do 'povo' implica um câmbio social” (FUNES; SAINT-MEZARD, 2002: 350).

Pensadores como Torcuato Di Tella e Gino Germani tendem a interpretar o populismo como um fenômeno transitório que tenderia a desaparecer do cenário político tão logo se substituísse o modelo econômico de importações que prevaleceu na América Latina desde a década de 1930. Raby sugere que o populismo é um fenômeno multiclassista ou supra classista “que se reproduz em situações de crises hegemônicas e que se caracteriza pela liderança carismática e pelo discurso radicalmente anti-oligárquico ou anti-establishment” (RUBY, 2006: 66).

Mármol esclarece que os líderes carismáticos oferecem uma saída aparente à crise política e institucional, aproveitando-se, neste caso, de um vazio de imagens unificadoras que traduzem vontades particulares dispersas, mas “ao custo da manipulação das regras institucionais, a violação das promessas e compromissos contraídos com os votantes e dos

direitos cidadãos” (MARMOL, 2009: 55).

Tenhamos presente alguns atributos que, de certa maneira, definem o populismo histórico da região:

Um padrão de liderança política personalizada, paternalista e carismática; uma forma de mobilização política vertical; a existência de uma ideologia eclética e anti-establishment; uma coalizão de apoio multiclassista, baseada em setores urbanos e/ou rurais; a utilização sistemática de métodos redistributivos e clientelistas como instrumentos políticos para conseguir apoio (LODOLA; KENNETH, apud PATIÑO; CARDONA, 2009: 170).

Porque o populismo atrai, perdura e se atualiza na América Latina? Para De La Torre (2001: 176), o populismo atrai tanto em função da contínua marginalização e exclusão socioeconômica da maioria da população, assim como pela forma específica em que estes imensos setores da população foram inseridos no campo da política. Em outros termos, na América Latina, a incorporação das camadas populares no campo da política tem ocorrido muito mais como povo do que como cidadãos. Isto significa dizer, que o populismo “não constitui nem uma aberração, nem um fenômeno transitório, senão que forma parte de tradições de participação política e de constituição de sujeitos políticos que podem ser ativadas em circunstâncias que podem ser analisadas” (DE LA TORRE, 2001: 177).

Imaginava-se que mais cedo ou mais tarde, o processo de modernização reinante desde o início do século XX expurgaria o populismo do cenário político latino americano, enterrando-o definitivamente no passado. Mas, ao que tudo indica, e apesar do desejo de muitos intelectuais e políticos, este é um fenômeno que continua vivo e se nega a desaparecer, seja adaptando-se ao contexto de globalização e neoliberalismo ou opondo-se a estes processos. Em tese, parece haver fortes indícios teóricos para afirmar que o populismo seria um aspecto da cultura política latino-americana que, de certa forma, faria parte do passado político do continente. Entretanto, percebe-se que não é bem assim. O início de nossas reflexões em torno da análise de um discurso de Hugo Chávez pronunciado no fim do século XX procura mostrar que parte das características do populismo clássico latino-americano continua presente no imaginário de muitos mandatários do continente, e que a este se acrescenta novas facetas.

Neste sentido, o novo populismo na América Latina acrescenta ao populismo clássico das décadas de 1930 e 1940 outras características: a) uso de *mass-media televisivas, jornais e internet*; b) agitação violenta; c) retórica nacionalista; d) confrontação com “supostos” inimigos externos (capitalismo, globalização, FMI; e) promove a desconfiança institucional; f) deslegitima as leis e os valores institucionais em prol de um personalismo (SAMANIEGO;

GRIMALDO, 2007: 71).

## MATRIZES IDEOLÓGICAS DO CHAVISMO

Feitas essas breves digressões sobre o populismo clássico e contemporâneo na América Latina, tomemos o caso concreto do governo Hugo Chávez na Venezuela como parâmetro de análise, perguntando-nos até que ponto se sustenta a assertiva de que na Venezuela há um governo neo-populista?

Todos os elementos descritos até aqui sobre a evolução do processo democrático venezuelano, e posteriormente o surgimento e ascensão de Hugo Chávez ao poder, sugere que a possível presença do populismo na história política recente da Venezuela está relacionada não só à presença de grupos de esquerda neste país, como também de outros elementos como o militarismo, a revolução, a democracia radical, a democracia participativa e o nacionalismo (ARENAS; CALCAÑO, 2006: 5).

A ideologia do movimento chavista se deu inicialmente em torno da alegoria da árvore das três raízes representada nas figuras de: Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, símbolos do processo de luta da independência do jugo espanhol e da oligarquia que se formou após o processo de independência. A presença de Hugo Chávez na política venezuelana, e supostamente a configuração de sua liderança de caráter populista, estão profundamente relacionados a alguns momentos importantes, ocorridos no cenário político venezuelano contemporâneo.

Em primeiro lugar, e fazendo alusão à lógica das equivalências de Laclau, o Estado distribuidor venezuelano de décadas anteriores se encontrava, a partir da década de 1980, em um processo de crise fiscal profundo, fator este que o impossibilitava atender as demandas sociais provindas dos setores populares e da classe média, as quais cresciam e se acumulavam a cada ano. A dependência da economia venezuelana em torno do petróleo, e por sua vez, a baixa do preço deste produto no cenário mundial, aliado a uma política de contenção de gastos públicos sugeridos pelos órgãos mundiais de financiamento, promoveu uma das mais contundentes manifestações sociais registradas na América Latina, nos morros de Caracas, em 1989, recebendo a alcunha de *Caracazo*.

Diante de uma situação de crise generalizada Hugo Chávez promove um golpe militar em 1992. O movimento não obteve sucesso e acabou se rendendo, mas é importante destacar que a população em sua grande maioria, reagiu favoravelmente a esta empreitada, já que viam

na figura de Hugo Chávez Frías uma solução para seus problemas. Depois de liberto em função de seu ato, Hugo Chávez se lançou em 1998 como um candidato munido de um discurso nacionalista, messiânico e re-fundador da pátria (PATINHO; CARDONA, 2009).

Nesse sentido, e ideologicamente falando, o projeto chavista foi transitando de uma matriz ideológica sustentada no bolivarianismo a uma matriz sustentada na concepção de “socialismo do século XXI”, cuja raiz estaria fincada, segundo Chávez, nas ideias de Simón Bolívar. Como não há populismo sem o apelo à unidade nacional, o bolivarianismo de Chávez se sustenta no arquétipo de uma pátria dos grandes heróis nacionais do passado. Em alguns países da América Latina, a clivagem “política democrática/anti-política” foi substituindo a clivagem “oligarquia/massa popular” (JIMÉNEZ, 2008: 180). No caso da Venezuela, ambas as clivagens parecem presentes, sinalizando para a presença das características do populismo de primeira, segunda e terceira geração.

É importante termos claro que o projeto político de Hugo Chávez, desde a sua origem, mantém uma concepção organicista que “está na base de suas pretensões de unificar a sociedade sob um só padrão identitário, politicamente falando” (ARENAS; CALCAÑO, 2006: 21). Portanto, o desafio do governo Chávez, depois das difíceis experiências do início de seu governo era o que fazer com os que dissentiam de seu projeto. Por um lado, no campo discursivo, e como porta voz direto do “povo” Chávez trata seus opositores como “inimigos” e “traidores da pátria”, promovendo a polarização social, qualificando o “povo” como portador de todas as purezas e bondades, ao passo que a maldade está relacionada àqueles que não se identificam com o “povo”.

Por outro lado, no campo prático e estratégico, Hugo Chávez promoverá ações no sentido de atender emergencialmente, algumas das demandas dos setores que o apoiavam com a criação das missões sociais. No campo ideológico e político promoverá a criação dos Círculos Bolivarianos, Frente Francisco de Miranda, Comitês de Terras Urbanas, Conselhos Locais de Planificação Pública, Conselhos Comuns, Salas de Batalha, Batalhões Eleitorais, União Nacional de Trabalhadores, etc. Segundo Arenas e Calcaño, este projeto de homogeneização da sociedade também se dá em três outros importantes âmbitos da vida social, a saber: através de comunicação, da educação e das forças armadas.

## NEO-POPULISMO E DEMOCRACIA

Voltemos à trajetória do chavismo na Venezuela e tenhamos claro que o chavismo que emerge em primeiro lugar como fenômeno não institucional e que posteriormente será incorporado a mecanismos institucionais democráticos, para mais adiante passar a corroer algumas das instituições democráticas, até então, vigentes. Importa-nos aprofundar um pouco mais a relação do populismo com a democracia, tendo em vista a observação de Arditi de que:

Quando os novos populistas manipulam os mecanismos operativos da política liberal democrática tais como a representação, a competência partidária, a responsabilidade na função pública ou a observação do devido processo, se esforçam por defender suas credenciais democráticas e por convencer a seus críticos de que são respeitosos de suas instituições. ‘Seja por convicção ou como mera impostação, a reivindicação democrática é parte do imaginário populista’ (ARDITI, 2004: 66).

No caso específico da Venezuela, Chávez tem sido um dos difusores da idéia de democracia como sinônimo de protagonismo popular, prova de que o populismo pode não ser o “outro” da democracia, mas pode perfeitamente constituir-se em uma sombra que a pode seguir continuamente. Há, neste caso, sempre uma relação tensa e ambígua entre populismo e democracia, pois “o populismo pode florescer como um companheiro de rotas de movimentos de reformas democráticas e também pode por em perigo a própria democracia” (ARDITI, 2004: 76-77). Dentre todas as ações promovidas pelo presidente Hugo Chávez no sentido de diminuir a distância entre “los de arriba” e “los de abajo”, e de promover a democracia direta em detrimento da democracia representativa, está a rede de quase trinta mil (30.000) Conselhos Comunitários, instância de organização e participação política comunitária, espalhados em cada rincão do país.

A configuração e legalização destes espaços de participação política foram fortemente incentivados pelo Presidente Hugo Chávez, estabelecendo-se uma relação direta destes com o Governo Central e deste com aqueles.

Na realidade, os Conselhos Comunitários refletem a perda de autonomia dos movimentos sociais, na medida em que o Presidente Chávez lhes distribuiu recursos financeiros e lhes exigiu lealdade ao projeto, descaracterizando e não incentivando, dessa forma, a mediação de outras instituições como prefeituras, assembleias legislativas, conselhos locais de planejamento pública, governos de estado, ministério público, partidos, etc. Além do que, essa matriz política que tem o líder como epicentro do jogo político, trouxe retrocesso para o campo da



descentralização político-administrativa que vinha ocorrendo lentamente na Venezuela desde o final da década de 1980. A intenção do presidente Hugo Chávez de distribuir recursos diretamente para os Conselhos Comunais e de criar Cidades Socialistas por intermédio de decreto vai de encontro à criação de uma estrutura paralela à estrutura do Estado existente, e ao invés de promover a descentralização, acaba promovendo a recentralização do poder nas mãos do Presidente Chávez.

Diante de um quadro de perda da autonomia no campo do associativismo civil e de recentralização do poder político nas mãos do Governo Central, o que esta situação contraditória parece indicar é que a democracia na Venezuela chega apenas ao limite da lealdade ao projeto chavista. O princípio de lealdade a que estamos nos referindo pode ser mais bem entendido a partir das palavras do próprio Chávez, pronunciadas depois do triunfo no referendun revogatório de 2004: “mesmo que não possa destituir a prefeitos nem a governadores, sim posso fazer outras coisas, não? Quero que saibam que nesta nova etapa aquele que está comigo, está comigo, e o que não está comigo está contra mim” (HARNECKER, *apud* PENFOLD, 2010: 29).

Todo e qualquer Conselho Comunal que não se alinhe às diretrizes das políticas estabelecidas pelas Salas de Batalhas, que em outros termos são estabelecidas pelo Partido Unido Socialista de Venezuela (PSUV), terão vida curta e dificilmente receberão recursos para implementarem projetos em suas comunidades. Toda e qualquer iniciativa de organização política que nasça nas comunidades e que não queiram criar vínculos nem com os Conselhos Comunais com as Comunas, tenderão ao ostracismo político. Por meio dos Conselhos Comunais e das Comunas se pode garantir o atendimento de algumas demandas para as comunidades, mas fora destes canais não se consegue nada, já que os Conselhos Comunais e as Comunas são órgãos do Poder Executivo Nacional, ao qual devem seu reconhecimento jurídico e dependência financeira.

No fundo, quando analisamos o sistema político venezuelano atual, percebe-se um paradoxo em movimento: de um lado a existência de eleições competitivas de acordo com regras da democracia representativa, e, além disso, a percepção de que as pessoas estariam participando mais da vida política local, e de outro lado, as características da verticalização do poder neste processo (PENFOLD, 2010: 22).

Penfold, o autor anteriormente citado, faz uma caracterização do funcionamento atual da democracia venezuelana levando em conta três aspectos: a democracia eleitoral, a democracia constitucional e a democracia cidadã. Quanto à democracia eleitoral, o autor

reconhece ocorreram eleições competitivas, mas detecta que o partido do governo Chávez tem tido muitas vantagens, sobretudo, a possibilidade de utilizar recursos públicos de PDVSA para implementar políticas clientelistas em época de eleições. Quanto à democracia constitucional, “o progressivo debilitamento da divisão de poderes dentro da democracia venezuelana é sem dúvida sua maior debilidade e a causa de uma maior erosão das bases institucionais do sistema político” (Penfold, 2010: 25, tradução nossa). Para o autor, o Poder Executivo tem um claro domínio sobre os poderes Legislativo e Judicial, o qual se estende sobre os demais poderes como o Conselho Nacional Eleitoral, a Controlaria e a Promotoria Geral da República.

No que diz respeito à democracia cidadã, Penfold reconhece que a ideia de participação popular é um mecanismo necessário e fundamental em um sistema descentralizado e democrático no sentido de garantir a adequada identificação de necessidades, para determinar e monitorar o orçamento municipal e para coordenar o controle social na gestão do governo. Sem embargo, diz o autor, “as novas instancias [referindo-se aos CCs] foram vistas não como um complemento senão como um competidor direto dos diversos níveis do governo”. Os Conselhos Comunais segue o autor, “foram criados para competir e não para complementar e assegurar melhoras na qualidade dos governos regionais e locais”. O resultado dessa relação direta estabelecida entre o Executivo Nacional e as comunidades é que “o Poder Executivo penetra nas comunidades miss além da filiação política das autoridades regionais” (Penfold, 2010: 32).

O Poder Executivo Central venezuelano que já era forte ficou mais fortalecido ainda (ao qual Penfold denomina de hiper-presidencialismo) com a mudança do texto constitucional ocorrida em 2009. A Constituição venezuelana de 1999 já garantia 12 anos de mandato em caso de reeleição, mas a mudança na Constituição permite a reeleição indefinidamente. De modo que Hugo Chávez poderia governar indefinidamente, se assim seus seguidores desejassem.

## **DE CHÁVEZ A NICOLÁS MADURO: DO BARRIL DE PETRÓLEO AO BARRIL DE PÓLVORA?**

Diante do quadro descrito até aqui, parece que a Venezuela caminha para uma situação em que predomina mais populismo do que democracia, tendendo a um projeto de sociedade total. Se assim for, se poderia afirmar que o país estaria caminhando para uma

sociedade de controle total?

Nelly Arenas (2007) procura mostrar que Chávez estaria objetivando este tipo de comunidade sem fissuras, e tal como nos ensina a história política contemporânea, este tem sido o desejo de muitos líderes em vários pontos do planeta. É bem possível que Hugo Chávez reedite uma realidade destas na América Latina do século XXI, tendo em vista o seu projeto em longo prazo de permanência no poder.

Apoiando-se em material documental, onde Hugo Chávez frequentemente afirma em seus discursos públicos ser a encarnação do próprio “povo”<sup>3</sup>, Arenas interpreta que Hugo Chávez “assume seu corpo de chefe como condensação das partes, como síntese de todas as forças, desafiando a natureza contraditória do social e a diversidade conflitiva do político” (ARENAS, 2007: 161). A construção dessa proposta de sociedade, que na realidade é uma das características do populismo clássico, requer a construção de inimigos do “povo”, imaginários ou não, sejam eles internos ao próprio corpo da nação ou externos a esta.

Para além das fronteiras da Venezuela, segundo os discursos de Chávez, seus inimigos são o imperialismo estadunidense, a globalização, a ONU, OEA, Colômbia, as ONGs internacionais, o neoliberalismo, a democracia liberal, etc, que sempre estariam ligados a algum tipo de iminente conspiração contra o “povo”, ameaçando seus legítimos interesses e sua suposta identidade. Esta suposta ameaça exterior é, segundo Arenas, “um extraordinário recurso para excluir a dissidência política doméstica”. Mas, ao mesmo tempo, no processo de fusão líder/povo, “este último perde seu livre arbítrio, sua capacidade de desenvolver autonomamente suas iniciativas” (ARENAS, 2007: 163).

A linha que separa o Estado da sociedade civil está ficando cada vez mais estreita, a tal ponto que o pluralismo associativo vai ficando cada vez mais para trás. Mas, a linha que separaria o Estado e seu corpo de funcionários públicos das diretrizes políticas e ideológicas do Partido Socialista Unido de Venezuela parece não existir mais. O fato de que o preenchimento dos cargos públicos raramente se dá mediante concursos públicos, e sim pela máquina partidária e pelos corporativismos sindicalistas, deixa a imensa maioria dos

---

3 Citemos algumas passagens: “Onde queira que esteja uma das minhas partes estarei completo” (Harnecker, *apud* Arenas, 2007: 161). Seis meses depois que foi destituído do cargo em função do golpe que sofreu em 2002: “Porque vocês sempre terão a este soldado bolivariano entregue a vocês, junto a vocês no coração, no amor, na alma, na luta, na paixão. Daqui não me tirarão mais, nunca mais, ninguém jamais da profundidade da alma do povo bolivariano. Não irei daí nunca mais, viverei ali para sempre [...] Cheguei aqui para ficar, não haverá poder [...] que consiga tirar-me do povo, de você, porque na verdade *já eu não sou sequer eu mesmo, já não me pertence, já não me pertence a mim, eu sou de vocês hoje e para sempre [...]*” ([www.analitica.com/biblioteca/hChávez/marcha20021013.asp](http://www.analitica.com/biblioteca/hChávez/marcha20021013.asp): 13-10-2002; *apud* ARENAS, 2007: 162, grifo da autora).

funcionários públicos em situações constrangedoras e num jogo de delações constantes. Parte da máquina estatal se veste com as cores da “revolução”, portando camisetas, bonés e tantos outros apetrechos que ajuda o chavismo a delimitar seu campo de atuação e de divulgação ideológica. A maneira, por exemplo, como Hugo Chávez designa a seus funcionários e os despede de seus cargos poderia ser um bom exemplo do que estamos tratando de explicar: “estes, de maneira geral, tomam conhecimento que foram despedidos na gazeta oficial ou pelo anúncio que o presidente faz no seu programa dominical *Aló, Presidente*” (ARENAS, 2007: 177).

Segundo Ardití, a democracia sempre está exposta à ameaça de algum reverso, seja este populista ou de outro tipo. Estes reversos para a democracia surgem quando “a radicalização dos conflitos já não pode resolver-se simbolicamente na esfera política e quando uma sensação de fragmentação social invade a sociedade”. E que, diante deste quadro de fragilização dos mecanismos e instituições democráticas, tende a rondar um fantasma pelos interstícios da sociedade: o “povo-uno” (ARDITI, 2004: 76).

Os anos de 2004 e 2006 são emblemáticos no sentido da verticalização do poder, impulsionada pelo presidente Hugo Chávez. Em 2004 porque ganhou o referendo revogatório, e em 2006 porque foi reeleito, momento a partir do qual começa a esboçar seu projeto de uma sociedade socialista do século XXI. Segundo Arenas, as principais pautas de ações que o presidente Chávez vem desenvolvendo a partir de então são:

Aquelas que se vinculam com a subordinação da Força Armada a seu projeto, a educação ideologizada, a participação popular subordinada aos desígnios do executivo, a ampliação da cobertura comunicacional estatizada, a concentração do poder a partir do manejo quase absoluto e discricional dos recursos financeiros públicos em detrimento do processo de descentralização e, finalmente, o desdobramento de maiores esforços por controlar o aparelho econômico nacional e fazê-lo mais dependente do Estado (ARENAS, 2009: 158-159).

De modo que ao tomarmos a realidade política venezuelana atual como campo de análise, e tendo a liderança carismática de Hugo Chávez como foco, leva-nos a pensar na distinção entre o acesso ao poder e o exercício do mesmo.

Laclau interpreta a realidade política Venezuela no sentido de que a transição para uma sociedade mais justa e democrática “requeria o deslocamento e a ruptura radical com uma elite corrupta e desprestigiada, sem canais de comunicação política com a vasta maioria da população”. Por sua vez, as mudanças exigidas requeriam a necessidade de um ator coletivo de caráter popular. Para o pensador, a ruptura populista veio acompanhada das seguintes características: “uma mobilização de equivalência de massas; a constituição de um povo;

símbolos ideológicos ao redor do qual se plasme esta identidade coletiva (bolivarianismo); e, finalmente, a centralidade do líder como fator aglutinante”. (LACLAU, 2006b: 60).

É importante esclarecer que a proposta de um socialismo do século XXI na Venezuela esteve alimentada por um longo período pela alta do preço do barril do petróleo durante o governo Chávez, cujos preços se mantiveram em alta praticamente durante todo o período em que governou. Esta situação econômica favoreceu enormemente a redistribuição da verba petroleira em termos de políticas assistencialistas e das missões, mantendo a lealdade por parte das parcelas da população ao governo. Mesmo antes da morte de Hugo Chávez o preço do barril de petróleo já dava sinais de baixa no cenário internacional, passando dos 120 dólares a 50 dólares, evidenciando dessa forma uma crise sem precedentes na Venezuela.

De maneira geral os analistas políticos e econômicos venezuelanos são unânimes em afirmar que a Venezuela padece de um antigo problema que se instaurou no país desde início do século XX, a saber, o atrelamento da economia nacional à produção do petróleo, o qual tem sido visto como benção e maldição para o desenvolvimento interno da nação. O governo Chávez perdeu uma oportunidade única de aproveitar os recursos advindos da alta de preço do petróleo no cenário internacional para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria nacional. Ao invés disso resolve deflagrar uma política de ataque ao empresariado nacional, promovendo a estatização de empresas privadas. Venezuela é um país que importa praticamente todos os insumos subsidiados pelo Estado, desde alimentos até roupa e alimentos.

Após a morte de Hugo Chávez, Nicolás Maduro assume o comando do país e procurará manter as mesmas linhas de ação política do ex-presidente Hugo Chávez, porém diante de um cenário em que o Estado está praticamente falido. Insiste teimosamente em alimentar um ideário de fidelidade ao bolivarianismo por parte da população pobre, mas não há recursos econômicos para sustentar a ideologia do socialismo do século XXI.

A situação de milhares de pessoas no país vizinho é dramática, e diante dela, o governo Maduro ao invés de buscar saídas inteligentes, vem endurecendo seus discursos neopopulista e jogando uma parcela da população contra a outra à caça do “inimigo” interno ou externo, ou mesmo promovendo um processo constituinte que poderá leva-lo à continuidade no poder, mas não há garanti nenhuma de que uma situação de desigualdades estruturais possa mudar com base na força do discurso. Segundo análise de Edgardo Lander, a deterioração da atividade produtiva e das finanças públicas “produziu impactos severos nas condições de vida da população, especialmente nos âmbitos da saúde, da alimentação e da insegurança”. Trata-

se, segundo o mesmo autor, da “crise terminal do modelo extrativista petrolero e o Estado rentista clientelar” (LANDER, 2017, p. 19-17). De igual maneira todo este processo impactou as organizações populares em duas frentes: em primeiro lugar pela dependência que estas organizações tinham em relação ao Estado que distribuiu dinheiro diretamente a elas, e, em segundo lugar, pelo desencantamento destas parcelas da população em relação ao governo que já não pode seguir redistribuindo recursos diretamente às comunidades, muitas sem alguma espécie de controle de gastos. A fonte teria secado sem deixar rastros de saídas futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ideias expostas até aqui tiveram a intenção de pensar a realidade política venezuelana no tempo presente, partindo do pressuposto de que nesta nação estão presentes muitos dos fenômenos da cultura política latino-americana. Um destes fenômenos é o populismo que reviveu a partir da entrada de Hugo Chávez no cenário político deste país vizinho, agregando novos elementos ao mesmo. Vimos que a relação direta entre líder e massas se deu basicamente em função dos diversos recursos oriundos da renda petrolera que foram distribuídos às organizações de base da sociedade que eram leais às propostas do socialismo do século XXI.

Nicolás Maduro sucede a Hugo Chávez, porém diante de um cenário econômico avesso a qualquer continuidade das políticas assistencialistas estabelecidas por Chávez. A dura realidade de carência de subsídios mínimos para abastecer a população em função da baixa do preço do petróleo tem levado o governo de Nicolás Maduro a insistir numa proposta de organização social que parece ser anacrônica com os tempos atuais, incorrendo em práticas autoritárias que não estão resolvendo a grave crise pela qual passa a Venezuela no momento. A convocatória de uma nova constituinte seria a solução para uma crise venezuelana? Ao que tudo indica, parece que não, já que esta crise na Venezuela é fruto de um longo processo que vem desde que do solo venezuelano brotou o petróleo e a população, de maneira geral, passou a acreditar que o Estado seria um ente mágico distribuidor de riquezas tiradas de alguma cartola em épocas de profundas crises.

## REFERENCIAS

ARDITI, Benjamín. El populismo como periferia interna de la política democrática. In: [e-l@tina](mailto:e-l@tina). **Revista eletrónica de estudos latinoamericanos**, vol. 2, n°. 6, Buenos Aires, 2004, enero-marzo, pp. 63-80. Disponível em: <<http://www.iigg.fsoc.uba.ar/elatina.htm>>, Acessado em: 19/02/2011.

\_\_\_\_\_.; CALCAÑO, L. G. El régimen populista en Venezuela: ¿avance o peligro para la democracia? In: **Revista Internacional de Filosofía Política**. Madrid, n°. 28, 2006, diciembre, pp. 5-45.

ARENAS, Nelly. Chávez: el mito de la comunidad total. In: **Perfiles Latino-americanos**, México, DF, n° 030, 2007, julio-diciembre, pp. 153-184.

\_\_\_\_\_. El populismo de Hugo Chávez: ¿revertiendo la democracia venezolana? (2004-2007). In: **Araucaria**, Sevilla, vol. 11, n°. 22, 2009, pp. 152-185.

DE LA TORRE, Carlos. Es el populismo la forma constitutiva de la democracia en América Latina? In: **Vox Populi: populismo y democracia en Latinoamérica**. México: FLACSO, 2007.

\_\_\_\_\_. Redentores populistas en el neoliberalismo: nuevos y viejos populismos latinoamericanos. In: **Revista Española de Ciencia Política**, n°. 4, Abril de 2001, pp 171-196.

JIMENEZ, Alfredo Ramos. Del proyecto de 'socialismo del siglo XXI' al populismo realmente existente. In: **Revista Politeia**, n°. 40, vol. 31. Instituto de Estudios Políticos, UCV, Caracas, 2008, pp. 175-197.

LACLAU, E. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. In: **Cuadernos del Cendes**, Caracas, año 23, n° 62, 2006a, pp. 115-120, mayo-agosto.

\_\_\_\_\_. La deriva populista y la centroizquierda latinoamericana. In: **Nueva sociedad**. Caracas, n°. 205, 2006b, pp. 56-6.

\_\_\_\_\_. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANDER, Edgardo; RODRÍGUEZ, Santiago Arconada. Venezuela: un barril de pólvora. In: **Nueva Sociedad**, n° 269, mayo-junio de 2017.

MÁRMOL, Egda Ortiz. Populismo e democracia na América Latina. In: **FRONESIS**, Zulia, vol. 16, n°. 1, 2009, pp. 43-62.

PENFOLD, M. La democracia subyugada: el hiper presidencialismo venezolano. In: **Revista de Ciencia Política**, Chile, vol. 30, n°. 1, 2010, pp. 21-40.

PATINHO, L.; CARDONA, P. El neopopulismo: una aproximación al caso colombiano y venezolano. In: **Estudios Políticos**, 34, Instituto de Estudios Políticos, Universidad de Antioquia, Medellín, 2009, enero-junio, pp. 163-184.

RABY, Diane. El liderazgo carismático en los movimientos populares y revolucionarios. In: **Cuadernos del Cendes**. Caracas, año 23, n°. 62, 2006, mayo-agosto, pp. 59-72.